



**67 ANOS E
212 MILHÕES DE
MOTIVOS PARA
NÃO PRIVATIZAR
A PETROBRÁS**

Página 2

67 ANOS E 212 MILHÕES DE MOTIVOS PARA NÃO PRIVATIZAR A PETROBRÁS

**ANOS 60**

Contam historiadores que Getúlio Vargas hesitou. Mas, depois de uma grande e organizada pressão popular, o governo decidiu criar a Petrobrás. A medida estabeleceu o monopólio da exploração e produção de petróleo no Brasil. A iniciativa - assinada dia 3 de outubro de 1953 - desagrudou grandes empresas mundiais de petróleo um cartel conhecido como "Sete Irmãs".

De lá até os dias de hoje, a Petrobrás cresceu e se tornou, com todos os percalços e ameaças, uma das maiores empresas do mundo, detendo alta tecnologia e um corpo técnico de alta especialização.

Naturalmente, a cobiça das grandes petrolíferas não diminuiu e apesar de a maioria ser estatal em seus países, estão sobrevoando como abutres as unidades da Petrobrás aqui nas terras brasileiras.

DOIS GRUPOS

Desde àquela época, existiam dois grupos com posição demarcada em relação as reservas de petróleo brasileiro: um que defendia a abertura do setor à iniciativa privada - os "entreguistas", e outro que desejava o monopólio estatal do petróleo - os "nacionalistas".

RESISTÊNCIA

Neste período iniciaram os movimentos populares de resistência para defender o petróleo como uma riqueza nacional. E alguns nacionalistas, como

**ANOS 90**

Monteiro Lobato, chegaram a ser presos por serem contra a entrega do petróleo brasileiro às Sete Irmãs. A mobilização deu certo e um projeto neste sentido teve sua tramitação interrompida, pavimentando as condições para a criação da Petrobrás.

O PETRÓLEO É NOSSO

Apesar da frase ter sido dita por Getúlio Vargas, ela se popularizou e logo virou um lema para os trabalhadores. Hoje é slogan de praticamente todas as campanhas que têm sido necessárias em defesa da Petrobrás. Naquela época, a campanha pelo controle nacional do petróleo veio a ser um dos movimentos de opinião pública mais vigorosos da história política brasileira. O movimento mobilizou trabalhadores, estudantes, profissionais liberais e militares progressistas.

Por estes anos, a população brasileira passava de 51 milhões e a luta era grande em defesa da Petrobrás.

"Era um perigo dizer claramente que o petróleo tinha que ser explorado pelos brasileiros e não pelo capital estrangeiro"

(Pedro Alvarez, "O Capitão do Povo", 2012).

HOJE TEMOS 212 MILHÕES DE MOTIVOS

Hoje somos mais de 212 milhões de brasileiros e precisamos urgentemente fortalecer esta lu-

**ANOS 2000**

ta. Neste momento, em que a Petrobrás completa 67 anos, ela é ainda mais necessária e não só para os trabalhadores, mas para cada brasileiro. O governo Bolsonaro não está "brincando em serviço". E a gestão colocada por ele na Petrobrás, está agindo rapidamente na destruição da empresa. E, se na maioria dos países, são necessárias guerras para que se apropriar do petróleo, no Brasil, bastou dar um golpe e impulsionar a eleição de um governo entreguista e servil aos interesses americanos.

É verdade que nos anos 90, o país passou por uma onda de privatizações, que mudou a regulamentação em relação ao petróleo. Mas este processo foi interrompido e nos anos 2000 a Petrobrás retomou sua força no cenário mundial e se fortaleceu, levando desenvolvimento a toda a cadeia do setor petróleo.

E AÍ, VAMOS ENCARAR?

Agora, neste grave momento porque passa a empresa, temos que retomar o lema criado nos anos 50 e que ecoou com força nas manifestações em defesa do petróleo para os brasileiros. Não há empresa como a Petrobrás para alavancar o desenvolvimento e a recuperação do país no pós-pandemia.

São 67 anos de luta em defesa da empresa e agora cabe a quem está na linha de frente assumir. Com a greve de fevereiro, mostramos que somos capazes. E aí, vamos encarar?



Porto Alegre

Av. Lima e Silva, 818 - Cidade Baixa,
CEP 90050-100 | Tel: (51) 3226.2799
secretaria@sindipetro-rs.org.br

Canoas

Av. Victor Barreto, 3288 - Centro,
CEP 92010-000 | Tel:(51) 3472.4622
delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

Litoral Norte

Rua Deolindo Maggi, 52 - Centro, em Osório.
CEP 95520-970 | Tel:(51) 3663.2763
delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

Sindipetro-RS | Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul | Filiado à FUP, CNQ e CUT

Diretoria Responsável: Alexsandro, Alfredo, Ana, Bruno, Cadore, Daniel, Dary, Deporte, Elida, João Aloisio, Lautert, Lameira, Lisboa, Lucí, Maia, Mateus, Mirian, Neide, Orlando, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral e Terterola - **Jornalistas Responsáveis:** Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).

AÇÃO CONTRA PRIVAÇÃO NO STF

“HÁ MOTIVOS PARA ACREDITAR NUMA POSSÍVEL VITÓRIA”

O SINDIPETRO-RS, com objetivo de prestar mais informações sobre a ação no STF que impede o esvaziamento da Petrobrás, entrevistou o Assessor jurídico do escritório **Garcez, Ângelo**

Remédio, representante do Sindicato, em Brasília. Ele faz uma análise do parecer do STF e ressaltou a importância da mobilização da categoria e da campanha Petrobrás Fica no RS. Confira a entrevista:

SINDIPETRO-RS - Qual a sua análise sobre o que aconteceu até agora no julgamento da Reclamação 42756?

DR. ÂNGELO - Graças a movimentação dos petroleiros durante a greve de fevereiro e a atuação junto à Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, vem acontecendo uma movimentação histórica do Congresso Nacional, pedindo para parar as privatizações, sem o devido debate legislativo e sem licitação. Até agora o julgamento está favorável aos petroleiros e ao Congresso.

SINDIPETRO-RS - Como pode ser avaliada a decisão do Ministro Luiz Fux pela suspensão do julgamento com um pedido de destaque?

DR. ÂNGELO - O pedido de destaque é quando um ministro não quer que o julgamento continue por meio virtual, porque não há debate, apenas os ministros depositam seus votos no sistema. Por conta da pandemia, o plenário se dá virtualmente, mas há debates entre os ministros sobre os seus votos. O Ministro Fux provavelmente achou o caso complexo e relevante para ser julgado no plenário. No momento isso gerou uma frustração, porque a gente esperava que a decisão ocorresse na semana passada, mas também não é uma derrota, porque ela vai continuar sendo julgada e está pautada para o dia 30 de setembro.



SINDIPETRO-RS - O processo de venda pode continuar enquanto não tiver decisão?

DR. ÂNGELO - Teoricamente, a Petrobrás pode continuar seus atos de venda, isso porque não há uma decisão que diga que ela está praticando um ato ilegal. Mas aí entram duas questões: primeiro é a insegurança jurídica. Já temos três votos para que sejam paralisadas as privatizações e são necessários seis. Então, dificilmente a Petrobrás vai concluir algum negócio num cenário tão inseguro, com uma eventual decisão desfavorável à empresa, ela teria que anular o processo de venda, gerando prejuízos a terceiros. Mas há uma outra questão. Na Reclamação, o Congresso pede uma liminar para que as vendas sejam paralisadas imediatamente, não somente na Petrobrás, mas para qualquer estatal com criação de subsidiária, com o intuito de privatizar. E numa liminar existem dois requisitos para serem dados: um é o direito plausível e o outro é a urgência. O direito plausível a gente já tem, pois o Ministro Fachin (relator) já votou favorável ao pedido do Congresso de paralisar. Mas ele não enxergou urgência, porque acreditava que seria possível a votação passar pelo plenário antes de qualquer negócio ser concluído. Se a votação atrasar, não for concluída na próxima semana, por exemplo, e a Petrobrás continuar as suas negociações, nada impede que essa liminar seja dada pelo Ministro, já que ela pode ser dada a qualquer momento, desde que surja uma urgência. Então, se o Ministro não enxer-

gava uma urgência em junho, quando foi proposta a Reclamação, ela pode existir em outubro, se o negócio da RLAM (que está em adiantado processo de venda), estiver próximo de ser concluído. Então, as chances de continuar me parecem remotas enquanto não tiver uma decisão.

SINDIPETRO-RS - Como será a atuação do escritório Garcez e de que forma os petroleiros podem atuar para pressionar o julgamento?

DR. ÂNGELO - O escritório Garcez atua defendendo oito Sindipetros filiados à FUP, incluindo o RS, contra venda da Refap, desde 2018. Nesse processo entramos com ações com argumentos de desvio de finalidade, na primeira instância; depois fizemos a articulação com a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, fazendo o debate. Por articulação da Frente, tivemos contato com a procuradoria do Senado, onde enviamos petição e estamos atuando junto aos ministros do STF e senadores. Todo esse movimento que conseguimos fazer vêm da articulação que os petroleiros fizeram na greve. O mais importante agora é o fortalecimento, nos estados, da campanha "Petrobrás Fica". É transformar a luta em defesa da Petrobrás não apenas na luta dos trabalhadores, mas mostrar que a saída da Petrobrás dos estados vai gerar prejuízos em todos os setores.

SINDIPETRO-RS - Podemos ter esperança?

DR. ÂNGELO - Claro que é sempre difícil falar em esperança quando se lida com o judiciário, mas o nosso direito aqui é muito plausível e o pedido é muito forte quando vem do Congresso Nacional. Então há motivos para acreditar numa possível vitória, mas também não significa que a Petrobrás não vai entrar por outros meios para privatização. E em caso de uma eventual derrota, também não significa que não teremos outras iniciativas do que fazer. É possível esperar um bom resultado desse julgamento, mas não significa que não vamos ter muito trabalho pela frente ■

JURÍDICO

ILEGALIDADE DA REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO DO PESSOAL DE TURNO E FORA DO GRUPO DE RISCO

Em nova decisão judicial de mérito, a juíza da 1ª vara do Trabalho de Canoas **julgou procedente a ação movida pelo SINDIPETRO-RS**, quando afirmava ilegal a redução de jornada e salário do pessoal de TURNO DE REVEZAMENTO e FORA DO GRUPO DE RISCO, as chamadas medidas de “resiliência”. Esta decisão vem depois de duas outras que também foram favoráveis ao Sindicato - a da AMS e do pessoal do regime administrativo.

Importante destacar que, além de determinar o pagamento das diferenças (após trânsito em julgado), há ordem para que a empresa retome o pagamento integral já na folha de setembro. Neste sentido, escreveu a magistrada: “Nada obstante a decisão

proferida pelo TST (ID. 8f15671), suspendendo os efeitos da liminar que deferiu a tutela de urgência requerida na petição inicial, a qual é ora tornada definitiva, determino, em consonância com o entendimento vertido na Súmula nº 414, III, daquele Colendo Tribunal Superior, o imediato cumprimento da presente sentença, independentemente do trânsito em julgado, quanto à obrigação de fazer imposta”.

Para aqueles que são do grupo de risco, a ação ainda não foi julgada em primeira instância, no entanto estamos fazendo o recurso no TST (referente a liminar).

Mais informações pelo email abrao.blumberg@direitosocial.adv.br

AÇÃO SINDICAL



BOMBEIROS CIVIS NA REFAP - O gerente da Refap

está passando por todos os grupos para comunicar a nova reestrutura de SMS, que inclui a adoção de 14 bombeiros civis para substituírem os brigadistas. Infelizmente, tais mudanças estão sendo feitas de forma muito rápida e estes profissionais devem começar a trabalhar até final do ano. Com isso, a Refap pensa em retirar do turno os brigadistas de emergência, deixando apenas um coordenador. O Sindicato passou as preocupações dos trabalhadores quanto a falta de experiência e conhecimentos específico de uma planta como a Refap, já que estes bombeiros são acostumados a lidar com outras situações. A resposta do gestor foi de que a medida vai ser implementada em todas as refinarias colocadas à venda. Para os trabalhadores esta é uma das maiores irresponsabilidades que já se viu numa planta de petróleo e petroquímica. O Sindicato continuará fazendo as cobranças em relação a este tema que diz respeito direto em relação a segurança dos trabalhadores.



REGRAMENTO DA PLR: A FUP participou dia 22, da

primeira reunião com o RH da Petrobrás para dar início à negociação de regras e parâmetros para a PLR de 2021, com pagamento em 2022. No encontro, a empresa apresentou uma proposta de calendário com rodadas semanais de negociação em outubro. Já a Federação enviou à empresa uma nova proposta de calendário e cobrou que todas as empresas do Sistema estejam presentes nas próximas rodadas de negociação.



SÁUDE MENTAL - No dia 23, houve reunião com o

grupo de Estrutura Organizacional de Resposta da Petrobrás (EOR). Nesta, os dirigentes sindicais destacaram a necessidade da gestão tratar com a devida importância e atenção a saúde mental dos trabalhadores. Frisaram que já passou da hora da empresa discutir com os trabalhadores uma política de saúde mental e cobrou uma reunião específica para tratar a questão. No início da reunião foi feito um minuto de silêncio, a pedido da FUP, em homenagem ao petroleiro da Rlam, cuja morte trágica abalou todos trabalhadores do Sistema Petrobrás.

→ CURTAS

SENSIBILIZAÇÃO

A decisão do STF sobre a possibilidade ou não de privatização das refinarias sem autorização do Congresso foi adiada em alguns dias. Assim, é importante e necessário que todos publiquem em suas redes sociais a defesa da Petrobrás no RS, compartilhando mensagens e imagens nos seus Facebook, WhatsApp, Instagram, Twitter, Stories. Utilizem a hashtag #PetrobrasFica e #PetrobrasFicaNoRS.

DOE SANGUE E ALIMENTOS

O SINDIPETRO-RS está organizando uma ação de Doação de Sangue e convida a Categoria a participar desta atividade que integra a Campanha “Petroleiros Pela Vida” e é também em alusão aos 67 anos da Petrobrás. Quem tiver interesse, deve contatar o Sindicato para organizar a doação junto aos hemocentros. O Sindicato também informa que a campanha de doações para compra de cestas básicas e kits de higiene e limpeza continua. Os relatos, inclusive na imprensa, são de que as doações de empresas e outros setores no geral estão diminuindo, o que torna ainda mais importante a participação de cada um na campanha Petroleiros pela Vida. A pandemia, o desemprego e a situação difícil continua para muitas famílias e precisamos continuar ajudando. Deposite qualquer valor na conta 103344-1, agência 3866-0, do Banco do Brasil (CNPJ 92968023000102).

→ SERVIÇOS

Confira como estão os serviços do Sindicato em função da pandemia:
ESCRITÓRIO COSTA - De 2ª à 6ª feira, das 10h às 18h. Consulta e atendimento não presencial com agendamento pela plataforma Zoom. Fone (51) 99630.6203.
ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL - Atendimento online pelos telefones: Abrão (98157.8884) e Caroline Anversa 99292.1642.